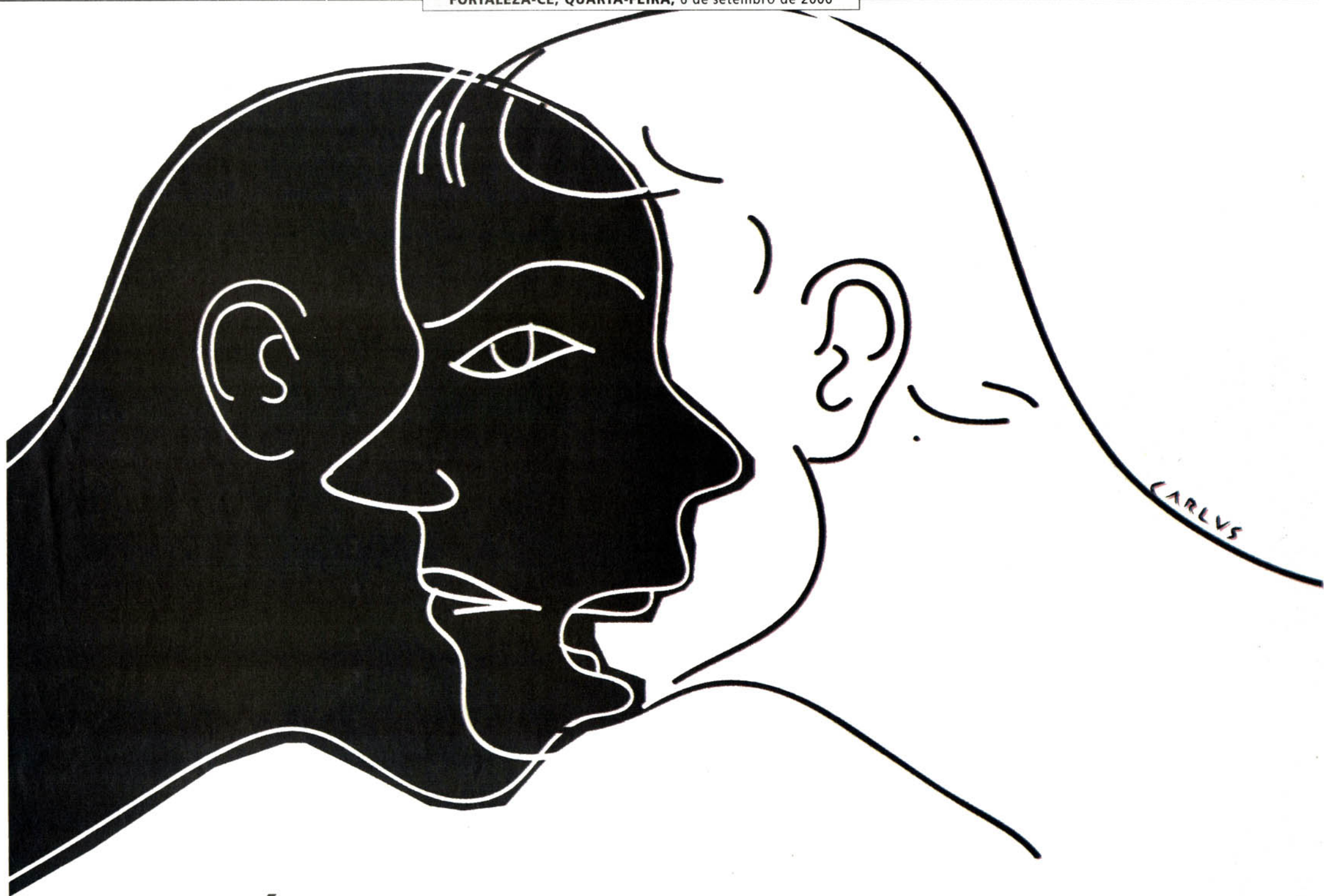


FORTALEZA-CE, QUARTA-FEIRA, 6 de setembro de 2006



## OS NÚMEROS CONTRA A RAÇA

**COTAS RACIAIS ]** No livro *Não somos racistas*, o jornalista e sociólogo Ali Kamel, diretor executivo da Central Globo de Jornalismo, desconstrói as estatísticas que mostram que a pobreza no Brasil é negra e ataca as políticas de cotas raciais para o ingresso nas universidades públicas

Felipe Araújo  
Da Redação

Classista sim, racista não. Para o jornalista e sociólogo Ali Kamel, o Brasil não tem o racismo como um dos traços constitutivos de sua identidade. E também não explica seu abismo social por fatores de ordem étnica. “Nossa mensagem para a humanidade é justamente a da miscigenação. Nós somos a maior nação mestiça do mundo. Quando você impõe o debate racial, você impõe o racismo”, ele defende. “Nada nas estatísticas permite dizer que a desigualdade social é fruto do racismo. A desigualdade é fruto da pobreza”.

Foi em cima justamente de uma montanha de estatísticas que Ali Kamel, diretor-executivo da Central Globo de Jornalismo, se propôs a desmistificar alguns lugares-comuns e algumas distorções numéricas que embalavam o debate sobre a abertura de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras para mostrar que, no Brasil, o racismo - um mal que atinge a humanidade como um todo - não é estrutural (a exemplo da realidade norte-americana, por exemplo). Nosso mal maior, ele alerta, é o classismo.

O trabalho de investigação e comparação de dados deu origem ao livro *Não somos racistas - uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*, lançado pela editora Nova Fronteira. Nele, Kamel não só se posiciona corajosamente contra a instalação das cotas raciais - expediente que, segundo ele, pode começar a semear a intolerância. Mas enfrenta uma tradição canônica de autores que se debruçaram sobre o tema da diversidade étnica no País. Em especial, Gilberto Freyre, Oracy Nogueira e Fernando Henrique Cardoso.

“O debate em torno de raças no Brasil sempre foi intenso. Nas primeiras décadas do século passado, o pensamento majoritário nas ciências sociais era racista. Mas até ele reconhecia que o Brasil era fruto da miscigenação”, Ali argumenta no livro. “O racismo era decorrente justamente dessa constatação: para que o país progredisse, diziam os sociólogos, era preciso que embranquecesse, diminuindo a porção negra de nosso povo. Foi Gilberto Freyre quem mais se destacou em se contrapor a um pensamento tão abjeto como esse”.

Freyre resgatou, segundo Ali, a importância do negro para a construção da identidade nacional, para a construção da nossa cultura, do nosso jeito de pensar, de agir e de falar. “A nossa miscigenação, concluímos depois de ler Freyre, não é a nossa chaga, mas a nossa principal virtude”, ele escreve. Na sociologia de Nogueira e FHC, no entanto, que começou a ganhar corpo nos anos 50 até se tornar política oficial de governo, o Brasil foi progressivamente sendo dividido entre brancos e não-brancos, como forma de provar uma suposta exploração por parte dos primeiros em relação aos demais.

“Era como se o ideal de nação a que me referi tivesse como objetivo o seu contrário: idealizar uma nação sem racismo para melhor exercer o racismo”, explica Kamel. “O papel da ciência seria desmascarar isso, tirando o véu da ideologia e substituindo-a pela realidade do racismo. Esse raciocínio levava ao paroxismo de permitir uma suposição de que um racismo explícito é melhor do que um racismo en-

vergonhado, esquecendo-se de que o primeiro oprime sem pudor, enquanto o segundo, muitas vezes, deixa de oprimir pelo pudor”.

Kamel entendeu no debate sobre a instalação das cotas raciais um desdobramento político grave dessa postura “científica” que nasceu equivocada. Como cientista, começou a alinhar uma série de estatísticas que permitiam decifrar os números da desigualdade “racial” no País. Uma primeira constatação é a de que os movimentos negros e os cientistas sociais que se colocaram a favor da política de cotas chamam de “negros” o conjunto de “pretos” e “pardos”. Com isso, na porcentagem de 48% de “negros” de que nos falamos nas estatísticas divulgadas em prol das cotas, os 42% autodeclarados “pardos” não aparecem.

“Os pardos ajudam a engrossar as fileiras dos negros nas estatísticas, mas na hora do ingresso nas universidades, as características dos pardos não são consideradas negras e muitos não conseguem acesso. Isso pode degenerar numa hecatombe racial para o País”, ele defende. Também entre os 56,8 milhões de pobres, as estatísticas divulgadas pelos que apóiam as cotas falam em 65,8% de negros e não nos 7,1% de pretos. Além disso, não fazem referência aos 34,2% autodeclarados brancos e, principalmente, os 58,7% autodeclarados pardos. “Se a pobreza tem uma cor no Brasil, essa cor é parda”, posiciona-se.

Ressuscitar o conceito de raça, já negado pela ciência, seria uma armadilha para o País na argumentação de Kamel. “Nosso principal problema é a pobreza, sem distinção de cor, porque há 19 milhões de brancos, por exemplo, em situação de extrema pobreza. A questão, portanto, não é oferecer cotas raciais, mas oferecer educação de qualidade aos pobres. São eles que têm que ser beneficiados e não uma raça em particular. Sem investimento maciço em educação, o Brasil não vai superar seu subdesenvolvimento”, ele defende. “Toda vez que você usa a raça para combater o racismo, você só alimenta o racismo”.

LEIA MAIS NA 5



### SERVIÇO

**Não somos racistas - uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor** - Livro do jornalista e sociólogo Ali Kamel. Editora Nova Fronteira, 144 páginas. R\$ 22,00.

Médico  
PhD em Saúde Pública

PHS  
DEPUTADO ESTADUAL

**Roberto Cláudio**

**31031**

Uma Nova Geração para um Ceará Melhor.

**COMPROMISSOS:**

Pela renovação ética na política, com compromisso e competência.